

DOSSIER

Metaética: novos embates com o irrealismo moral

Em sua comunicação ao XX Congresso Mundial de Filosofia, realizado em Boston, em 1988, Stephen Darwall perguntou-se sobre por que a Ética ainda era alocada junto a departamentos de filosofia, já que a área especificamente filosófica da ética seria apenas “e tão somente” a *metaética* (Darwall, 1999). Afinal, filósofos não são *experts* em física, mas em *filosofia* da física. Darwall procurou fornecer alguns argumentos em favor da tese comumente assumida de que filósofos têm uma contribuição fundamental para a ética, mesmo que a ética não seja uma área de conhecimento exclusivamente filosófica. Parece, no entanto, que essa contribuição depende também de sua capacidade de compreender os problemas teóricos e práticos da ética como problemas peculiares à filosofia, do que se pode inferir que toda contribuição filosófica à ética incorpora ou pressupõe elementos de metaética.

Mas o que é a *metaética*? Em termos muito gerais, a metaética compreende o estudo dos fundamentos da ética. Enunciados tipicamente metaéticos são enunciados de segunda ordem: são enunciados sobre enunciados de primeira ordem (Copp, 2006, p. 5), isto é, enunciados sobre afirmações morais. Nesses termos, é certo que temas de metaética são recorrentes desde a filosofia antiga. Contudo, ninguém havia defendido a necessidade de construir uma disciplina específica, algo que surgiu depois da publicação do *Principia Ethica*, de Georg Edward Moore, em 1903. Desde então, subdisciplinas emergiram: semântica moral, ontologia moral, epistemologia moral, psicologia moral, entre outras.

Os cinco artigos que compõem este *Dossier* tratam com originalidade de temas e questões de metaética. No artigo “Argumentos de superveniência contra o realismo moral robusto”, Wilson Mendonça avalia alguns textos recentes em defesa de abordagens realistas não comprometidas com a tese da irredutibilidade de propriedades morais a propriedades naturais. Conforme ele, os filósofos morais amplamente aceitam que o “mundo moral” sobrevém ao “mundo natural”; não há, portanto, propriedades morais supranaturais. Mas isso cria um problema aos filósofos morais de inclinações naturalistas e que simpatizam com o realismo em ética. Para esses filósofos, é preciso encontrar uma via capaz de distanciar o realismo moral de uma concepção realista *à la* Moore. Em seu artigo, Mendonça examina inicialmente dois tipos de argumentos de superveniência que pretendem fundamentar uma modalidade de realismo moral não robusto: o *argumento da coextensividade*, que afirma que propriedades morais supervenientes são idênticas a um subconjunto de propriedades naturais subvenientes e o *argumento explanatório*, que defende que o realismo robusto falha em explicar as conexões entre as propriedades morais e seu domínio factual correspondente implicadas pela tese da superveniência. Mendonça argumenta que a estratégia da redução por identificação do argumento da coextensividade conduz, porém, ao mesmo resultado que os defensores da estratégia explanatória atribuem ao realismo robusto, o qual seria insustentável. Quanto ao realismo explanatório, o argumento falha, já que ele não consegue mostrar que o realismo robusto tem um problema explanatório. Por fim, avalia a proposta de Mark Schroeder, defendendo que essa sugestão, a princípio promissora, também não serve como refutação do realismo robusto.

Em seu artigo, “Entre *Cila* e *Caríbdis*: o dilema darwiniano e o *debunking* da moralidade”, Evandro Barbosa explora o chamado “dilema darwiniano para o realismo moral” (Street, 2006).

Os filósofos morais realistas enfrentam o desafio de mostrar a conexão entre o fato reconhecido de que nosso modo peculiar de julgar moralmente foi selecionado pela evolução natural e os fatos morais por eles postulados. A encruzilhada estaria em ou mostrar que não há essa relação, jogando-se aos pés da ameaça colocada pelo ceticismo antirrealista, ou enfrentar a tarefa espinhosa de mostrar como seria possível que a seleção natural pudesse ter forjado uma realidade moral independente de nossos juízos. David Copp, em defesa do realismo, aceitou o desafio de Street. Partindo desse debate, Barbosa procurará defender o construtivismo moral, argumentando adicionalmente que nossa capacidade de julgamento moral é produto de pressões evolutivas e, como defendem os realistas de certo tipo, dependente de evidência (*evidence-dependent*). Com isso, Barbosa pretende salvar a moralidade de um dos perigos do desafio, o ceticismo antirrealista.

Idia Ferreira, em “Novas formas do expressivismo: ecumenismo e quase-realismo”, avalia e confronta duas contribuições para a reinterpretação da abordagem expressivista em metaética, a posição de Simon Blackburn e a recente contribuição “expressivista ecumênica” de Michael Ridge. Ferreira alega que o debate ainda não se encontra finalizado, afirmando também que essas abordagens sofisticadas acabam retomando pontos de vista clássicos que seus defensores consideram superados. De forma algo irônica, afirma que o quase-realismo de Blackburn sofre de uma “síndrome de proximidade” com o realismo. Quanto ao ecumenismo de Ridge, ele, ao que parece, assume a verdade do irrealismo ao atribuir normatividade apenas ao papel de “decisão pessoal com alguns interesses nos resultados”. Ferreira afirma que Ridge parte de certos pressupostos em sua abordagem que ou são obsoletos ou são sujeitos às mesmas críticas que deram origem ao debate recente, como a teoria das ideias dos modernos, notadamente a teoria de Hume, a teoria da racionalidade prática baseada num instrumentalismo simplificado (ver McDowell, 1979), e o internalismo motivacional como forma de ligação entre pensamento e juízos morais.

Um dos erros argumentativos mais frequentes é a circularidade viciosa. Em “Projetivismo, circularidade e o problema da atitude moral”, Leonardo Ribeiro argumenta que o *projetivismo* incorre nessa modalidade de falácia. O projetivismo moral é associado a David Hume, mas, mais recentemente, foi Simon Blackburn quem o retomou. Ribeiro concebe-o como a tese segundo a qual o uso do vocabulário de conceitos e juízos morais é resultado de reações subjetivas “projetadas” no mundo, de modo que os agentes morais passam a falar deste *como se fosse* dotado dessas propriedades e relações. Em seu artigo, Ribeiro apresenta e avalia inicialmente a abordagem de Richard Joyce (2009), segundo a qual o projetivismo envolve a aceitação de uma tese fenomenológica, a saber, de que de fato experimentamos fenomenologicamente o erro como sendo um aspecto objetivo do mundo real, assim como duas teses metafísicas, uma, de que essa experiência origina-se de uma faculdade não perceptual (sua origem está em nossas emoções), e outra, de que o erro (e o bem) moral não fazem,

contudo, parte do mundo objetivo (tal como a experiência deles nos dá a entender). A seguir, Ribeiro procura avaliar o dilema que Alexander Miller identificou para o projetivista: ou se deveria alegar que o sentimento expresso por um juízo é *moral* em um sentido *não-reduutivo*, portanto, impassível de ser analisado em termos de atitudes não-morais, ou se deveria defender que esse sentimento expresso poderia ser reduzido ou analisado em termos dessas atitudes. Ocorre que, com isso, o projetivista agiria em circularidade. Ribeiro, entretanto, alega que não precisa haver circularidade já que a atitude em questão somente precisa ser postulada em termos não-morais *metafisicamente*, mas não *epistemicamente*. Desse modo, Ribeiro pretende defender o projetivismo de ataques como o de John McDowell, por exemplo.

Todos os artigos acima descritos lidam com debates da literatura recente, especialmente sobre as virtudes e defeitos das abordagens expressivistas. O artigo de Darlei Dall’Agnol é uma exceção nesse aspecto. Em “Saber moral: fundamentos epistêmicos da neurobioética”, seu objetivo é procurar identificar contribuições das neurociências para o debate metaético, empregando-as para reforçar argumentos em defesa de sua abordagem em epistemologia moral: o cognitivismo prático, a partir de conexões diretas com problemas de bioética. Dall’Agnol defende que o conhecimento moral é essencialmente uma modalidade de *saber-cómo* (*know-how*) e não um *saber-que* (*know-that*). E se essa modalidade de saber-cómo for irreduzível a conhecimentos proposicionais (na modalidade saber-que), então, o que se segue é que essas noções semânticas não equivalem às mesmas que são empregadas como valores de verdade para sentenças ou proposições. Dall’Agnol sugere que essa diferença poderia ser apoiada na distinção que a neurociência cognitiva faz entre memória declarativa e memória não-declarativa. Dall’Agnol tem um ponto interessante. Autistas e sociopatas parecem saber *que* não devem fazer certas coisas, como machucar alguém que os incomoda. O expressivista diria que o que lhes falta é apenas uma emoção adequada. Blackburn aponta em *Ruling Passions* (1998) um exemplo que talvez possa ajudar. Ele imagina um grupo de crianças que faz troça de um novato da escola que esboça trejeitos delicados. Eles sabem que o que fazem é errado, e sabem que isso irá fazê-lo sentir-se mal; ocorre que é justamente por saberem isso que eles o fazem. Blackburn dá esse exemplo justamente em favor de sua teoria não-cognitivista. Dall’Agnol poderia responder a isso dizendo que o que lhes falta não é saber que agir assim é errado. Isso de algum modo, incompleto talvez, eles já sabem. O que lhes falta é essa forma de conhecimento moral que exige habituação e desenvolvimento do caráter.

Referências

- BLACKBURN, Simon. 1998. *Ruling passions: A theory of practical reasoning*. Oxford, Oxford University Press.
- COPP, David. 2006. Introduction: metaethics and normative ethics. In COPP, David (Org). *The Oxford Handbook in Ethic-*

- cal Theory*. Oxford, Oxford University Press.
- DARWALL, Stephen. 1999. Why ethics is part of philosophy? *The Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy*, Philosophy Documentation Center, Bowling Green University, p. 19-28.
- JOYCE, Richard. 2009. Is moral projectivism empirically tractable? *Ethical Theory and Moral Practice*, **12**:53-75.
- McDOWELL, John. 1979. Virtue and reason. *The Monist*, **62** (3):331-350.
- STREET, Sharon. 2006. A Darwinian dilemma for realist theories of value. *Philosophical Studies*, **127**(1):109-166.

Marco Antonio Azevedo
Universidade do Vale do Rio dos Sinos